



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Insegurança hídrica urbana:

como ela se constitui e qual o seu papel no planejamento territorial¹

Luciana Nicolau Ferrara

Universidade Federal do ABC/CECS

Vanessa Lucena Empinotti

Universidade Federal do ABC/CES

Paula Tomaz

Pesquisadora colaboradora UFABC

Suyá Quintslr

Universidade Federal do Rio de Janeiro/IPPUR

Roberta Menezes

Universidade Federal do Pará/FAU

RESUMO GERAL

Ao trabalharmos com a questão do acesso aos recursos hídricos no planejamento nos deparamos com a temática da segurança hídrica, definida como intervenções estratégicas que tem por objetivo prover garantia hídrica, em quantidade e qualidade, para abastecimento humano, o equilíbrio dos ecossistemas e o desenvolvimento das atividades econômicas, bem como reduzir os riscos associados aos eventos hidrológicos críticos e aumentar a resiliência dos sistemas de abastecimento. As ações propostas a partir desta definição se concentram na proposição de soluções de infraestrutura, nas escalas regional e local para garantir o acesso à água. Entretanto, esta questão pode ser discutida a partir de uma leitura relacional onde a segurança hídrica urbana é resultado de processos urbanos e suas dinâmicas hidrossociais que produzem experiências de segurança e insegurança hídrica em várias escalas. Neste sentido, o recorte urbano não é meramente o contexto em que a segurança hídrica se constitui, mas sim como os processos de urbanização produzem a segurança hídrica urbana. A urbanização, por um lado, aumenta a

¹ O trabalho de Luciana Ferrara e Vanessa Empinotii contou com o apoio da Pro-Reitoria de Extensão e Cultura da UFABC – Projeto PJ081-2020; o trabalho de Suyá Quintslr contou com o apoio da Faperj (grant E-26/201.335/2021) e UFRJ (programa ALV 2020).

necessidade de abastecimento de água quando se trata de processos de adensamento populacional ou expansão e, por outro lado, gera desigualdades no acesso às infraestruturas que não são distribuídas equitativamente sobre o território. A desigualdade também se expressa no acesso à moradia e à terra urbanizada. Nas áreas não atendidas pelos sistemas públicos de abastecimento, favelas (urbanizadas ou não), e em outras formas de assentamentos precários, a população vivencia cotidianamente situações de insegurança hídrica.

Assim, esta sessão livre se propõe a entender os processos que produzem a insegurança hídrica que tem como ponto de partida sua compreensão processual, o reconhecimento das desigualdades, das relações que engendram os problemas de acesso à água a partir do domicílio e das práticas cotidianas, em especial, realizadas pelas populações em condição de vulnerabilidade, e onde se concentram os déficits de saneamento. Vamos explorar como a insegurança hídrica se constitui em áreas de baixa renda e moradia precária em municípios e regiões metropolitanas como Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro, mostrando que se trata de uma questão inerente ao modo de urbanização capitalista, que faz com que os problemas se reproduzam em diferentes contextos. A leitura da insegurança hídrica a partir do domicílio apresenta uma nova perspectiva de abordagem das questões de saneamento e segurança hídrica de forma crítica e que chama a atenção para a necessidade de uma discussão que vá além da presença ou não da infraestrutura, mas que considere a qualidade da água fornecida, da constância em seu abastecimento e do impacto do preço do serviço na capacidade orçamentaria das famílias.

Tal leitura proporciona ao planejamento territorial a observação de dinâmicas que tem o potencial de influenciar as políticas e programas que respondam as necessidades das populações de baixa renda, assim como do entendimento da problemática do acesso à água a partir do domicílio e não da rede de abastecimento. Isso envolve, além das soluções infraestruturais, avançar em políticas tarifárias, em garantia de acesso, dentre outros impactos no cotidiano da população, como na saúde e no trabalho.

Por fim, tal perspectiva aproxima a discussão de segurança hídrica para a problemática da água como um direito e a justiça ambiental uma vez que a sua análise visibiliza camadas que produzem a desigualdade no acesso à água nos espaços urbanos.

INSEGURANÇA HÍDRICA EM COMUNIDADES DO ABC PAULISTA: INTERMITÊNCIA, COMPROMETIMENTO DA RENDA E CONFLITOS COTIDIANOS NO ACESSO À ÁGUA

Ao entendermos as relações hidrossociais como parte do processo de urbanização, a insegurança hídrica se torna chave na compreensão das desigualdades espaciais. Analisamos como a insegurança hídrica se constitui em áreas de habitação precária na região do ABC, Brasil. Os dados que serão apresentados e debatidos foram elaborados no âmbito de um projeto de pesquisa e extensão, que aplicou questionários em comunidades de Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo e Mauá. Foi utilizada metodologia de identificação de graus de insegurança hídrica desenvolvida pela rede de pesquisa internacional Household Water Insecurity Experiences (HWISE). Apesar dos dados oficiais de abastecimento de água indicarem que foi atingido

o abastecimento pleno, observamos que a insegurança hídrica, na escala domiciliar, persiste e impacta as práticas cotidianas. A presença de insegurança hídrica é naturalizada pela dificuldade em pagar pelo serviço de abastecimento de água, combinada a um modelo único de abastecimento que tem a intermitência como parte do sistema.

INSEGURANÇA HÍDRICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA: ABORDAGENS ÀS EXPERIÊNCIAS DOMICILIARES E AS RELAÇÕES HIDROSSOCIAIS.

O foco e o entendimento da segurança hídrica tem sido principalmente no acesso a uma rede geral de abastecimento a partir da implementação de infraestruturas. Todavia, mesmo áreas urbanas que possuem largas infraestruturas hidráulicas não conseguem atingir a todos com a mesma proporção e qualidade. A cidade de Fortaleza (CE) possui uma larga infraestrutura hídrica, no entanto, algumas áreas não têm acesso confiável ao sistema geral de abastecimento de água e nesses ambientes é alta a dependência de outras fontes, desde o autoabastecimento através da construção de poços, ao uso da água envasada. Logo, a consolidação da segurança hídrica vai para além da presença de grandes infraestruturas, e deve ser analisada juntamente com as dimensões de experiências vividas dentro do agregado familiar e das comunidades urbanas, de modo a entender as condições das famílias e comunidades no acesso a água. A análise da segurança hídrica deve evidenciar as relações que estão estabelecidas no território que envolve a água e a paisagem que é produzida socialmente em uma interdependência entre recursos naturais e sociais, e como as relações são estabelecidas no espaço entorno da água em seu processo histórico de construção baseadas nas relações hidrossociais.

INSEGURANÇA HÍDRICA DOMICILIAR NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: EFEITOS DA MUDANÇA NAS FORMAS DE GESTÃO DOS SERVIÇOS

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), os moradores de favelas e periferias enfrentam historicamente níveis de insegurança hídrica domiciliar elevados, fruto de uma urbanização acelerada e geradora de grandes desigualdades espaciais. Ausência de rede, serviços intermitentes e qualidade variável da água, além da necessidade da complementação com uso de poços, caminhões-pipa e compra de água mineral, agravam a situação e oneram usuários de baixa renda. Em 2021, com o objetivo expresso de melhorar a situação, os serviços da maior parte dos municípios atendidos pela CEDAE no estado foram concedidos a três empresas privadas. As novas concessionárias atualmente operam serviços de água e esgotamento sanitário em parte do município do Rio de Janeiro e outros municípios da RMRJ e do interior, ora comprando água bruta da CEDAE, ora operando os sistemas de tratamento de água, levando a fragmentação de sistemas urbanos que surgiram de maneira integrada. Após cerca de um ano da mudança na gestão, entretanto, as reclamações de moradores se multiplicam. O objetivo deste trabalho é compreender como as novas concessões vêm impactando os serviços e a

segurança hídrica nas periferias urbanas, a partir da parceria com a Rede de Vigilância Popular em Saneamento do Rio de Janeiro.

DEBATENDO A INSEGURANÇA HÍDRICA EM BELÉM, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E FORTALEZA

A oferta e as condições de acesso à água em municípios da Região Metropolitana de Belém compõem um contexto de grave insegurança hídrica, atrelada à produção de extensas áreas de assentamentos precários. O foco das ações de viabilização de infraestrutura urbana na RMB tem sido ora a promoção de grandes obras de macrodrenagem urbana, de forma desatrelada às soluções de universalização do acesso à água e de tratamento de esgoto, ora viabilizadas a partir de sistemas municipais fragmentados e de baixa capacidade de cobertura e eficiência, frente à limitação de investimentos da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). Cabe a reflexão, juntamente com os demais casos a serem apresentados, sobre os rumos de uma agenda de debate, pesquisa e mobilização social voltada para a ampliação de acesso à um direito fundamental como à água e seus desdobramentos sobre as condições econômicas, de saúde pública e de direito à cidade.